

Projetos musicais escolares: levantamento em escolas de Ensino Fundamental do Distrito Federal

Sandro Roberto dos Santos
Universidade de Brasília
sandrorsantos@aluno.unb.br

Comunicação

Resumo: Esta comunicação apresenta o recorte de um projeto de pesquisa de iniciação científica em andamento que busca mapear os projetos musicais desenvolvidos em escolas de tempo integral do Distrito Federal. O campo empírico delimitado abrange as escolas contempladas pelo “Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral” que ofertam o ensino fundamental II. A metodologia empregada é a pesquisa documental e levantamento descritivo. Foram consultados termos legais e normativos, textos produzidos pelo Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), dados coletados a partir de sítios na internet. Com base nesses resultados quantitativos preliminares podemos dizer que o ensino de música, no formato de projetos, nas escolas de educação básica, do “Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral”, têm sido contemplado em sua maioria. Nesse sentido, caberá na próxima etapa da pesquisa fazer uma visita as cinco escolas para descrever, de forma qualitativa, como tem sido ofertado esses projetos musicais. Acredito que essas informações descritivas e reflexivas poderão ampliar conhecimentos para pesquisas futuras que venham a investigar a educação musical escolar no Distrito Federal.

Palavras chave: Música na educação básica; Projetos musicais; Escolas de tempo integral.

Introdução

Este trabalho é um recorte de um pesquisa de iniciação científica que se encontra em andamento. A pesquisa é um desdobramento de uma pesquisa guarda-chuva que abarca projetos que contemplem a “Construção da Educação Musical Escolar no Distrito Federal” (cf. ABREU, 2013)

O interesse inicial pelo tema surgiu a partir de minha atuação profissional na Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SCDF, onde pude observar a existência de programas de governo e projetos culturais que contemplavam práticas educativas em diversas linguagens artísticas, incluindo a música. Tais ações eram realizadas por organizações não governamentais,

viabilizadas com recursos públicos ou da iniciativa privada, e ofertadas aos alunos da rede pública de ensino com finalidade de promover educação, acesso a bens culturais e a ampliação da jornada escolar.

Percebi então, que programas como o “Mais Cultura”, “Mais Educação” e os mecanismos de incentivo fiscal a projetos, têm servido ao desenvolvimento de outras políticas públicas, como a que se refere à educação em tempo integral.

É sabido que os projetos musicais têm ocorrido, predominantemente, em escolas de tempo integral, por oferecer maior jornada escolar (PENNA, 2011, p. 142). Há pesquisas de levantamento como as de ANTUNES (2013), SENNA (2013), FIGUEIRÔA; MONTEIRO e ABREU (2014), que trazem o número de escolas e professores que atuam com música em Escolas de Educação Básica do DF – EBDF, especificamente no Plano Piloto e Cruzeiro. Os focos dessas pesquisas estiveram centrados na quantidade de professores que atuam com o ensino de música nas escolas e quais detêm formação específica na área. Porém, não foram encontradas pesquisas que tenham como foco o levantamento de quantos e quais são os projetos musicais desenvolvidos nas escolas de tempo integral, exercendo assim o ensino musical para além da disciplina Arte, que possui a música como uma das modalidades de ensino.

Em consulta ao sítio da Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEDF na internet, verifiquei que estão disponíveis alguns dados relacionados a programas de valorização e capacitação docente, acompanhados de resultados sobre sua eficácia. Embora previsto como um indicador educacional – a relação de atividades extracurriculares relacionadas à dança, à música, aos instrumentos musicais, ao artesanato e à educação ambiental, o sítio da SEDF não traz informações alusivas a essas atividades extracurriculares.

Uma vez que esses dados e informações não são esclarecedores, e entendendo que no Distrito Federal, foi criado o “Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral” que contemplou vinte e três escolas públicas para ofertar educação integral todos os dias da semana, em turno único de dez horas, tomei como objetivo da pesquisa fazer um levantamento dos projetos musicais escolares que acontecem nessas escolas.

Tomando as ideias de Penna (2011, p. 142) de que, na medida em que a escola de

tempo integral oferece perspectivas para a expansão das atividades musicais nas escolas, e também o projeto de pesquisa de Abreu (2013), entendo que a pesquisa de PIBIC poderá ampliar a discussão sobre o tema na área de Educação Musical Escolar.

Há uma iniciativa da Secretaria de Educação do DF que busca oferecer educação integral todos os dias da semana, num turno único com duração de dez horas. Por meio do levantamento descritivo, pretende-se mapear como o ensino de música tem sido ofertado no Ensino Fundamental II (6° ao 9° ano).

Isso remete a uma maneira de pensar a construção da educação musical escolar no DF a partir do potencial que a situação das escolas nos apresenta, detectando os fatores favoráveis que emergem desse espaço. O levantamento dos projetos musicais escolares nesses estabelecimentos públicos de ensino poderá nos indicar caminhos para discutir as dimensões envolvidas na oferta do ensino de música nas escolas de educação básica, gerando indicadores e dados educacionais, contribuindo à compreensão de como a educação musical escolar está sendo construída no Distrito Federal (ABREU, 2013, p. 693).

Revisão de literatura: construindo os primeiros diálogos com a temática

A educação integral em tempo integral tem sido tratada no âmbito da administração pública por meio de políticas públicas, programas e projetos governamentais, constituindo meta do sistema educacional da maioria dos países (VEBER, 2009, p. 18). Nas últimas décadas a proposta de expansão da jornada escolar e implantação das escolas de tempo integral tornou-se presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que prevê a progressiva ampliação do período de permanência na escola, que o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, e propõe a progressão das redes escolares públicas urbanas do ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

A influência dessas iniciativas e políticas públicas educacionais em relação a ampliação da jornada escolar favorecem a presença da música nas escolas:

Projetos governamentais voltados para expansão da jornada escolar têm contribuído para aumentar a presença da música na escola de educação

básica, através de diversas atividades com caráter extracurricular. Dentre eles, destaca-se o Programa Mais Educação, responsável pelo oferecimento de “oficinas de música” em diversas escolas públicas. (PENNA, 2014, p. 17)

O “Programa Mais Educação” constitui uma política pública para fomentar a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da educação integral. Regulamentado pelo Decreto nº 7.083/2010, o programa tem a finalidade de contribuir para a melhoria da educação escolar por meio da ampliação do tempo de permanência dos alunos nas escolas públicas e da oferta de educação básica em tempo integral (PENNA, 2011, p. 144).

A meta 6 do Plano Distrital de Educação estabelece como um dos objetivos a serem alcançados até o ano 2024:

Oferecer educação em tempo integral em no mínimo 60% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 33% dos estudantes da educação básica, por meio da ampliação de no mínimo 10% ao ano da matrícula de educação integral nas unidades escolares já ofertantes, até o último ano de vigência deste plano”. (PDE/DF 2015, p. 04)

Conforme as diretrizes curriculares da educação integral do DF, as escolas poderão organizar os componentes curriculares a partir de duas possibilidades:

1. Os componentes da base nacional podem ser agrupados em um turno, e a parte diversificada de artes, esporte, lazer, biblioteca, música, animação cultural, rádio escola, etc., pode ser agrupada no outro turno, desde que as disciplinas e atividades sejam relacionadas transversalmente pelos professores e demais atores sociais, monitores e agentes culturais, em um currículo integrado e articulado.
2. A parte diversificada de artes, lazer, biblioteca, música, cultura, rádio escolar, etc., pode ser entremeada no tempo, durante o dia, independentemente de sua natureza mais ou menos sistemática. Um horário de aula de matemática (componente da base nacional) pode ser seguido de uma atividade diversificada de teatro, que, por sua vez, pode prosseguir num horário de biblioteca ou numa aula de língua portuguesa. Essas atividades podem, em função de um projeto elaborado, estar integradas, rompendo a rigidez da própria grade horária curricular. Pretende-se, com essa nova lógica organizacional, favorecer o encontro interdisciplinar, bem como evitar a valoração prévia entre componentes curriculares. Tal sistema exige uma

reorganização do trabalho pedagógico, do planejamento docente, bem como das dinâmicas de deslocamentos e usos dos espaços. (DCEI/DF, 2009, p. 39)

Percebe-se que as duas possibilidades previstas permitem, por meio da participação não só de professores, mas de outros agentes educativos e monitores¹, a construção de um currículo integrado e articulado com as demais disciplinas. Essa transversalidade e integralidade de componentes curriculares pode ser concretizada em função de um projeto elaborado e ofertado aos alunos, seja de natureza curricular ou extracurricular.

Vários outros estudos e pesquisas revelam a existência de iniciativas que resultam em projetos musicais escolares e indicam que a música está presente na escola independentemente da sua obrigatoriedade, conforme Santos (2013):

Os resultados obtidos em estudos e pesquisas como, os desenvolvidos por Del-Ben (2005), Hirsh (2007^a; 2007b), Hummes (2004) e Santos (2005) corroboram minhas percepções ao indicarem que a música está presente na escola de diferentes maneiras, independentemente da sua obrigatoriedade no currículo. [...] A presença da música nesses diferentes formatos, com distintos conteúdos e objetivos, está relacionada com a autonomia da escola para escolher e definir aquilo que irá fazer parte de seu projeto pedagógico. [...] Desse modo, face à autonomia da escola e da sua possibilidade de escolha, a música, em seus diferentes formatos, aparece como uma das práticas desenvolvidas não apenas em sala de aula, como conteúdo do componente curricular, mas como projetos inseridos no projeto pedagógico das instituições. (SANTOS, 2013, p. 15-16)

Exemplos dessas iniciativas são trazidos por Santos (2013), que descreve casos em João Pessoa/PB, São José/SC e Porto Alegre/RS, onde foram desenvolvidas políticas municipais de educação, levando, assim, o ensino de música para escolas públicas por meio de projetos musicais. Em João Pessoa/PB essas práticas musicais escolares ganharam maior evidência após o investimento de 750 mil reais na compra de instrumentos, realizada pela Prefeitura em 2009.

¹ Os agentes educativos que desenvolvem as atividades educativas do programa ME são tratados como oficinairos ou monitores. No entanto, preferimos o termo “monitor”, empregado em resolução que regulamenta o financiamento das atividades do ME (Brasil, 2009d). Além disso, embora a expressão “oficina de música” venha sendo cada vez mais empregada para trabalhos educativos com música envolvendo alguma atuação prática, na área de educação musical ela se vincula às propostas pedagógicas, de caráter criativo, vinculadas à estética da música erudita contemporânea (PENNA, 2010, p. 172-176).

Os investimentos foram ampliados nos anos subsequentes, de modo que 100% das escolas municipais possuem banda. Em São José/SC, a Prefeitura também tem investido em projetos musicais nas escolas, com destaque para o Projeto Bandas e Fanfarras, uma extensão de práticas já existentes na cidade. E, de modo semelhante, a Prefeitura de Porto Alegre/RS tem implementado, desde 2008, núcleos de formação musical em escolas-eixo, criando-se os núcleos de percussão, violão, canto coral, hip hop, música e tecnologia, música na educação infantil e núcleos de orquestras e bandas. (SANTOS, 2013, p. 15)

Essa revisão de literatura inicial indica que, assim como em outras cidades brasileiras, no DF o incentivo do poder público ao desenvolvimento de programas e projetos musicais no ambiente escolar de educação básica pode ser uma das vias pelas quais a música chega aos alunos. Nesse sentido, o presente projeto de pesquisa busca identificar alguns desdobramentos dessas iniciativas, mapeando os projetos musicais desenvolvidos nas escolas do Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral que ofertam o ensino fundamental II.

Metodologia: pesquisa documental

O método pode ser definido como um conjunto de teorias ou conceitos que levam a determinados procedimentos técnicos utilizados para atingir determinado objetivo, nesse caso, conhecimentos (SILVA, 2005, p. 38). Os métodos científicos assumem papéis primordiais na pesquisa científica, servindo para direcioná-la no sentido da identificação dos caminhos a serem seguidos para o alcance dos objetivos almejados (GONÇALVES, 2005, p. 34). De acordo com Freire (2007), os métodos aplicados à pesquisa necessitam guardar relação de coerência com os objetivos da mesma e com o referencial teórico adotado, ou seja, com os conceitos e teorias que subsidiarão os trabalhos de pesquisa e suas conclusões (FREIRE, 2007, p. 25).

Encontramos na área de educação musical uma pesquisa com fontes documentais (NEVES, 2009) que investigou a história do conservatório musical Joaquim Franco, de Manaus, na perspectiva da historiografia. Essas fontes foram imprescindíveis para compreender o processo de implementação de uma instituição no ano de 1965, com vistas à formação musical de pessoas da região e para entender o posicionamento dos envolvidos no processo. Segundo a

autora, “o trabalho com fontes orais e documentação me ajudou a tecer uma relação entre os aspectos sincrônicos e diacrônicos sobre o itinerário histórico- pedagógico-musical do CMJF”. (NEVES, 2009 p. 32)

A metodologia empregada para alcançar os objetivos propostos é a pesquisa documental e levantamento descritivo. Estamos consultando termos legais e normativos, textos produzidos pelo Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), dados coletados a partir de sítios na internet, além de informações que serão obtidas formalmente com os coordenadores regionais de ensino e com a Ouvidoria Geral do DF.

Nesse sentido, a coleta de dados por meio da pesquisa documental refere-se à consulta a Leis, Decretos, Portarias, e outros documentos oficiais que tratam do ensino integral em tempo integral nas escolas públicas do DF, bem como dos projetos musicais desenvolvidos. Conforme destaca (PENNA, 2015, p. 116), as fontes documentais são indispensáveis para pesquisas voltadas à compreensão e discussão crítica das políticas educacionais. A avaliação preliminar dos documentos terá como parâmetros principais: o contexto e o(s) autor(es), bem como a autenticidade e confiabilidade do texto. A dimensão do contexto é destacada por (PENNA, 2015, p. 122) como de grande importância:

É primordial em todas as etapas de uma análise documental que se avalie o contexto histórico no qual foi produzido o documento, o universo sociopolítico do autor e àqueles a quem foi destinado, seja qual tenha sido a época em que o texto foi escrito [...] O pesquisador não pode prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura socioeconômico-cultural e política que propiciou a produção de determinado documento. Tal conhecimento possibilita aprender os esquemas conceituais dos autores, seus argumentos, refutações, reações e, ainda, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 8-9)

Assim, no contexto do desenvolvimento da política distrital de educação e implementação do “Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral” a pesquisa documental tem possibilitado o levantamento de informações sobre a problemática investigada

mediante análise quantitativa, que em etapas posteriores será apresentado de forma descritiva. A seguir, apresento os primeiros levantamentos realizados na pesquisa.

Resultados preliminares e perspectivas de contribuição

Os documentos acessados até esta fase da pesquisa permitiram identificar que, dentre as vinte e três escolas públicas contempladas pelo “Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral”, cinco delas ofertam o ensino fundamental II.

Tabela 1: Escolas do projeto piloto de educação integral em tempo integral do Distrito Federal

Escolas	Ano/Série	Endereço
CEF 02 de Brasília	6º ao 7º	SQS 107 - Asa Sul
Escola Classe 05 do Cruzeiro	1º ao 5º	ICES EQ. 201/203 Lote 1 - Cruzeiro Velho
Escola Classe 08 do Cruzeiro	Ed Inf a 5º	AOS 6/8 Lote 3 - Sudoeste
Escola Classe 209 Sul	1º ao 5º	SQS 209 – AE - Asa Sul
Escola Classe 407 Norte	1º ao 5º	SQN 407/408 – AE – Asa Norte
Escola Classe 413 Sul	1º ao 5º	SQS 413 – AE - Asa Sul
CEI 01 de Brasília	Ed. Infantil	SGAN 611 – MOD “C”
CEF 20 de Ceilândia	6º ao 7º	EQNM 08/10 - Ceilândia Norte
Escola Classe 15 de Ceilândia	Ed Inf a 5º	EQNN 08/10 - Ceilândia Sul
CEI 10 do Riacho Fundo I	Ed. Infantil	QN 07, Área Especial 10
CED 01 da Candangolândia	6º ao 7º	EQR 02/04 AE 07 - Candangolândia
CEF Vargem Bonita	Ed Inf a 9º	Rua 1 s/n Núcleo Hortícola - Vargem Bonita
Escola Classe Ipê	Ed Inf a 5º	BR 040 Km 07 Granja do Ipê
CEI 01 de Planaltina	Ed. Infantil	Planaltina
Escola Classe ETA 44	Ed Inf a 5º	BR 020 Km 18 CPAC/EMBRAPA
CEF Arapoanga	7º ao 9º	Rua 8I AE Condomínio Arapoanga
E. Classe 01 do Porto Rico	1º ao 5º	Condomínio Porto Rico AE
Escola Classe C. das Corujas	1º ao 5º	BR 070 N. R. Machado
E. Classe 49 de Taguatinga	Ed. Infantil	EQNL 17/19 - AE
CEI 210 de Samambaia	Ed. Infantil	QR 210 AE - Samambaia
EC Bucanhão	1º ao 5º	DF 240 Km 3 (sentido DF 180/DF 001)
CAIC Prof. Benedito Carlos	Ed Inf a 5º	AE 05 S. Tradicional - Brazlândia
CEF 15 do Gama	6º ao 9º	:Q 5/11, Área Especial 7, Setor Sul, Gama

Fonte: Dados obtidos em consulta à Ouvidoria Geral do Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Educação/Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/Diretoria de Programas Institucionais, Educação Física e Desporto Escolar (DIPEF).

Em consulta à Ouvidoria Geral do Distrito Federal, remetida a Subsecretaria de Educação Básica, fomos informados que, dessas cinco, quatro unidades escolares de ensino fundamental II (6º ao 9º ano), ofertam o ensino de música, o qual está inserido no currículo da educação básica, por meio de projetos e oficinas.

Tabela 2: Projetos e oficinas musicais identificados

Escola	Modalidade
CEF 20 de Ceilândia	Canto, violão e percussão
CEF Arapoanga	Musicalização
CEF 02 de Brasília	Violão
CEF 15 do Gama	Violão

Fonte: Dados obtidos em consulta à Ouvidoria Geral do Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Educação/Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/Diretoria de Programas Institucionais, Educação Física e Desporto Escolar (DIPEF).

Tais escolas estão localizadas nas Regiões Administrativas de: Ceilândia (CEF 20), com oficinas de canto, violão e percussão; Planaltina (CEF Arapoanga), onde são realizadas oficinas de musicalização; Brasília (CEF 02) e Gama (CEF 15), ambos com oficinas de violão. Foram solicitados às respectivas coordenações regionais de ensino outros dados referentes aos projetos musicais em execução, como: número de alunos contemplados em cada modalidade, carga horária das oficinas e tempo de existência dos projetos musicais nesses espaços escolares.

Considerações finais

Como perspectivas de contribuição, a pesquisa em andamento poderá oferecer dados e indicadores educacionais para que se conheça a realidade do ensino da música em escolas de Educação Básica de tempo integral no DF. A revisão de literatura inicial tem contribuído para uma compreensão de como esse tem sido tratado nas pesquisas realizadas em educação musical escolar no Brasil.

Quanto aos resultados preliminares apresentados neste trabalho, foi possível identificar que dentro do quantitativo de 23 escolas do “Projeto Piloto de Educação Integral em

Tempo Integral”, cinco delas oferecem Ensino Fundamental II e dessas quatro apresentam projetos musicais. Dentre as modalidades ofertadas destaca-se a oficina de violão, presente em três escolas. As modalidades de canto e percussão estão presentes em uma única escola, como é também o caso da musicalização. Cabe salientar, ainda, que não foram encontradas informações se a quinta escola, no caso, CED 01 de Candangolândia oferta algum projeto de música.

Com base nesses resultados quantitativos preliminares podemos dizer que o ensino de música, no formato de projetos, nas escolas de educação básica, do “Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral”, têm sido contemplado em sua maioria. Nesse sentido, caberá na próxima etapa da pesquisa fazer um visita as cinco escolas para descrever, de forma qualitativa, como tem sido ofertado esses projetos musicais. Acredito que essas informações descritivas e reflexivas poderão ampliar conhecimentos para pesquisas futuras que venham a investigar a educação musical escolar no Distrito Federal.

Referências

ABREU, Delmary Vasconcelos. A Construção da Educação Musical no Distrito Federal e História de Vida de Educadores Musicais Brasileiros. *Projeto de Pesquisa*. Programa de Pós-Graduação Música em Contexto, Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

_____. A construção da educação musical escolar no Distrito Federal. In. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 17, 2013, Pirenópolis/GO. *Anais...* Pirenópolis/GO: ABEM, 2013.

ANTUNES, Larissa Rosa. Formação docente e música na educação infantil: um “survey” com profissionais atuantes em Brasília. *Dissertação* de Mestrado do Programa de Pós-Graduação “Música em Contexto”. Brasília: UnB, 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Subsecretaria de Educação Básica. *Plano distrital de educação, 2015*. Disponível em: <http://http://www.agenciabrasilia.df.gov.br/images/plano%20distrital%20de%20educacao.pdf>. Acesso em 08/08/2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Subsecretaria de Educação Básica. *Portaria n. 01/2009: Diretrizes da educação integral n Distrito Federal*. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/component/content/article/316-educacao-integral/542-diretrizes.html>. Acesso em 08/08/2016.

FIGUEIRÔA, Arthur de Souza; MONTEIRO, Dielton P. M. e ABREU, Delmary Vasconcelos. Mapeamento dos professores de música que atuam nas escolas de educação básica das cidades de Brasília e Cruzeiro/DF. In: XIII ENCONTRO REGIONAL DA ABEM, Campo Grande, 2014. *Anais...* Campo Grande: ABEM, 2014.

FREIRE, Vanda Lima Bellard; CAVAZOTTI, André. *Pesquisa em música: novas abordagens*. Belo Horizonte: Escola de Música da UFMG, 2007.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*. São Paulo:Avercamp, 2005.

NEVES, Hirlândia Milon. Implementar uma instituição de formação musical: Uma história do Conservatório de Música Joaquim Franco, Manaus/AM. *Tese (Doutorado em Música)*. Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PENNA, Maura. *Construindo o primeiro projeto de pesquisa em educação e música*. Porto Alegre: Sulina, 2015. 183 p.

_____. Música no Programa Mais Educação: discutindo a diversidade das práticas. 2014. *Revista Música Hodie*, Goiânia, v. 14, 269p., n.2, 2014.

_____. *Educação musical e educação integral: a música no Programa Mais Educação*. Revista da ABEM, Porto Alegre, n. 25, p. 141-152, jan./jun. 2011.

_____. PENNA, M. *Música(s) e seu ensino*. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SANTOS, Carla Pereira dos. Ensinar música na escola: um estudo de caso com uma orquestra escolar. *Tese* (Doutorado em Música). Programa de Pós-Graduação em Música, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, Marco Antônio Carvalho. *Educação musical na escola e nos projetos comunitários e sociais*. Revista da ABEM, Porto Alegre, v. 12, 31-34, mar. 2005.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*. São Leopoldo/RS, ano 1, n. 1, jul. 2009.

SENA, Ibsen Perucci de. A atuação do professor de música na disciplina arte no ensino médio: Um survey com as escolas da rede pública de Brasília DF. *Trabalho de conclusão de Curso* de Licenciatura em Música. Brasília: UnB, 2013.

SILVA, Mary Aparecida Ferreira da. *Métodos e Técnicas de pesquisa*. 2ª Ed. Ver. Atual. Curitiba: Ibpedit, 2005.

VEBER, Andréia. Ensino de música na educação básica: um estudo de caso no Projeto Escola Pública Integrada - EPI, em Santa Catarina. 2009. *Dissertação* (Mestrado em Música). Programa de Pós-Graduação em Música, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.